

FOLHA DE S.PAULO



CORONAVÍRUS

SP estuda usar todas as vacinas contra Covid-19 disponíveis para a primeira dose

Estado quer decisão federal, mas não descarta iniciativa para ampliar base de vacinados

27.jan.2021 às 7h53

Igor Gielow

SÃO PAULO

O governo de São Paulo discute utilizar todas as vacinas contra Covid-19 disponíveis no estado para ampliar o universo de pessoas que vão receber a primeira dose dos imunizantes.

As vacinas Coronavac e da AstraZeneca/Oxford estão sendo aplicadas de acordo com o protocolo federal do PNI (Programa Nacional de Imunização), que prevê reservar 50% dos lotes para a segunda dose.

Nos estados, elas são aplicadas com intervalos de 14 a 28 dias no caso do imunizante promovido pelo Instituto Butantan, mais amplamente disponível. No caso da vacina europeia, que será feita na Fiocruz, a recomendação do fabricante é um prazo de até 120 dias.



Índigena da etnia guarani recebe primeira dose da Coronavac em tribo de Maricá, no Rio de Janeiro - Mauro Pimentel - 20.jan.2021/AFP

A questão em debate no Comitê de Contingência da Covid-19, painel de 20 especialistas do governo paulista que lida com a crise, é de cunho ético.

Com 13 mil novos casos e 282 mortes só nesta terça (26) no estado, faria mais sentido vacinar mais pessoas, uma vez que há um grau razoável de proteção conferida na primeira dose.

Nas palavras de membros do comitê, a decisão do Ministério da Saúde não faz sentido epidemiológico. Há inclusive um novo componente na equação para justificar a pressa: a presença no estado da nova variante amazense do Sars-CoV-2, que parece ser bastante mais transmissível.

[x]

A questão que fica, caso o órgão recomende a medida, é de encaminhamento. O governo pode requisitar ao ministério a adoção da ideia ou decidir implementá-la sozinho.

Alguns integrantes do comitê temem que isso acabe por erodir ainda mais o PNI, que já está marcado por atrasos e erros gerenciais devido à resistência inicial do governo de Jair Bolsonaro em promover a vacinação.

Na nota técnica enviada a secretarias estaduais, baseada na liberação emergencial do uso das duas vacinas pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), prevê uma janela de 14 a 28 dias para a aplicação da segunda dose.

Assim, cada estado faz do jeito que quer. Em São Paulo, por ora são 21 dias de intervalo. O Instituto Butantan, que ajudou a desenvolver o imunizante chinês Coronavac e irá produzi-lo localmente, defende 28 dias e há técnicos falando em 43 dias.

14

Profissionais de saúde da rede municipal são vacinados em SP



A enfermeira Eliana Quiaratti, 57, recebe dose de Coronavac em Hospital de Pirituba, zona norte de SP Edson Hatakeyama/Divulgação/SMS

Isso é baseado em estudos recentes na Turquia, que mostraram uma eficácia maior da vacina com intervalos prolongados, de cerca de 70%, ante o dado global de 50,4% no ensaio com profissionais de saúde e com 14 dias entre as doses no Brasil.

No caso da AstraZeneca, no Reino Unido o intervalo é ainda maior, de até quatro meses. Teoricamente esse prazo pode ser aplicado no Brasil e assim foi recomendado pela Fiocruz. Isso auxilia a lidar com a escassez de imunizantes no mundo todo, dando mais tempo para a produção das segundas doses.

No caso específico do Brasil, há a questão do atraso na remessa de insumos para sua formulação. O Butantan anunciou o próximo lote da matéria-prima em São Paulo para o dia 3, e, no caso da Fiocruz, que irá fazer o mesmo com a vacina da AstraZeneca, a previsão otimista é março.

Dessa vacina criada no Reino Unido só há 2 milhões de doses no Brasil, importadas diretamente da Índia, 500 mil delas em São Paulo.

Já o Butantan forneceu quase 7 milhões de doses da Coronavac, após longa disputa com o governo federal, que passou de negar a compra do imunizante a fazer propaganda dele ao perceber a queda na popularidade de Bolsonaro.

Dessas, menos de 1,5 milhão ficaram em São Paulo. O estado vacinou até a manhã desta quarta 198 mil profissionais de saúde, indígenas e quilombolas. A campanha começou há dez dias.

Segundo o plano estadual de vacinação, lançado em dezembro pelo governador João Doria (PSDB), 9 milhões dos 46 milhões de paulistas poderiam estar vacinados até o fim de março.

Como o governo federal acusou o golpe e acabou contratando o Butantan quando viu que a importação da vacina da Índia iria demorar, agora o número de doses foi reduzido.



Funcionárias trabalham na inspeção visual da linha de produção da Coronavac no Instituto Butantan, em São Paulo Eduardo Anizelli/Folhapress

O estado, o mais populoso do país, concentra 1,7 milhão dos 8,8 milhões de casos da Covid-19 na pandemia, além de 52 mil dos 218 mil mortos.

Na área política do governo Doria, há a preocupação com os rumores sobre vetos a quaisquer repasses federais de dinheiro para São Paulo. Como o pagamento pela primeira remessa da Coronavac pode ser feito até um mês após a entrega do imunizante, o compasso é de espera.

A conta das 46 milhões de doses encomendadas é de mais de R\$ 2,5 bilhões. O governo federal também ainda não deu resposta acerca da opção por mais 54 milhões de doses da vacina.